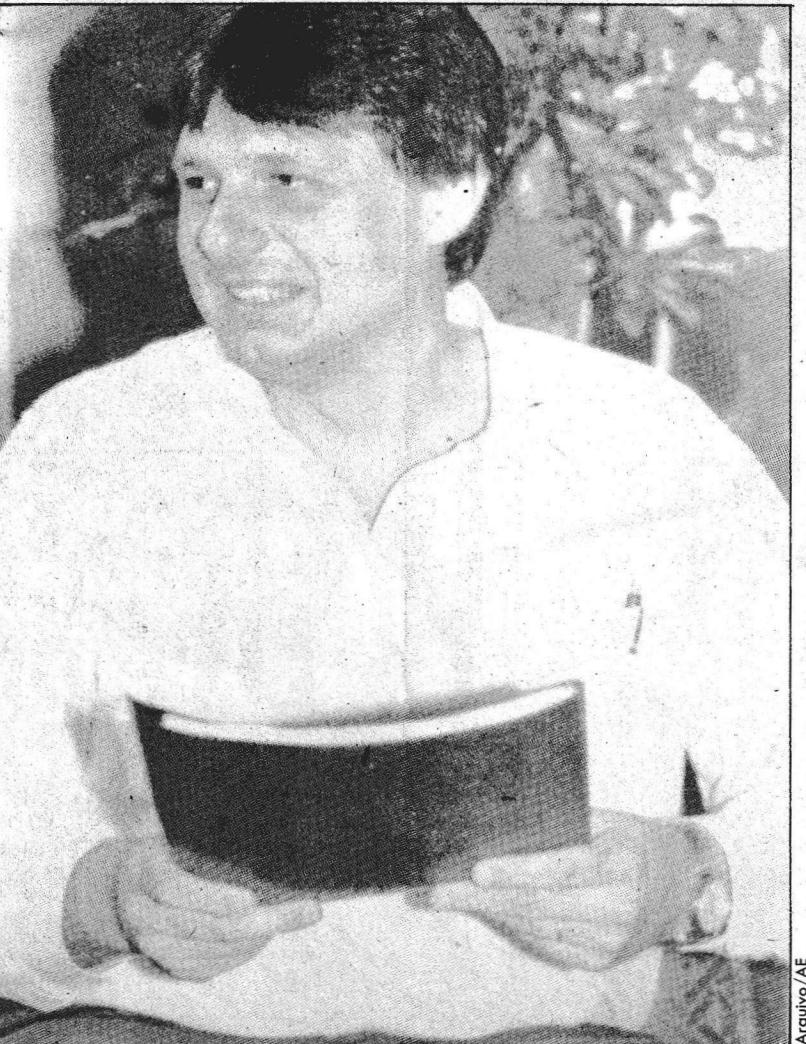


Congresso: onze envolvidos

DEPUTADO ENTREGA DOSSIÊ ACUSANDO FUNCIONÁRIOS DO LEGISLATIVO DE ENVOLVIMENTO NO TRÁFICO



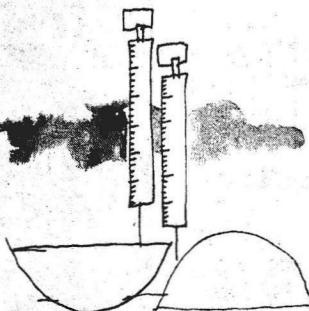
Moroni Torgan demorou um mês para fazer o dossiê sobre drogas

O deputado Moroni Torgan (PSDB-CE) entregou ontem ao presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), um dossiê em que acusa 11 pessoas de envolvimento com o tráfico de drogas no Congresso, entre elas quatro funcionários do Legislativo. Dos 11 citados por Torgan, que é delegado licenciado da Polícia Federal e foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico, oito tiveram prisão preventiva decretada pelo juiz Juçid Peixoto do Amaral, de Fortaleza.

Torgan levou cerca de um mês para fazer seu trabalho. Com a prisão de Júlio Cesar Fróes Fialho, com quem foi encontrado meio quilo de cocaína, o deputado pôde completar seu trabalho. Ele visitou Fialho na prisão, prometendo ler uma carta do traficante em plenário, desde que este o ajudasse a identificar outros envolvidos no tráfico de drogas no Congresso.

Fialho, que assina o documento como "jornalista preso", fez a carta, confessou ser traficante e se disse arrependido. Ele afirmou que teve os primeiros contatos com a cocaína em 1984, quando se apresentou como "foca da crônica política". Fialho disse que até 1988 o envolvimento de jornalistas e de funcionários do Congresso com o consumo de drogas era uma rotina. O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, informou que Fialho jamais foi credenciado no Congresso. O mesmo afirmou o presidente do Comitê de Imprensa da Câmara, Gerson Menezes.

Dos quatro funcionários da Câmara apontados por Torgan como envolvidos com o tráfico



de drogas, apenas um teve a prisão preventiva decretada pelo juiz Juçid. Mas o mandado de prisão era incompleto e a Justiça de Brasília recusou-se a homologá-lo. O mandado cita apenas "Newdson de tal", que trabalharia no 20º andar. Mas com o nome parecido na Câmara existe o funcionário Neudson, que não trabalha no 20º andar e está em tratamento por dependência de substâncias tóxicas. Entre os acusados por Torgan e que fazem parte dos que traficam no Congresso estão ainda um policial civil e um diretor de uma emissora de televisão de Brasília, ambos com prisão preventiva decretada.

Fialho é citado em dossiês de entidades de direitos humanos como suspeito de saber por antecipação do assassinato do líder sindical Chico Mendes, ocorrido em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, Acre. Na época ele era o editor-geral do jornal **O Rio Branco**, de propriedade do ex-deputado Narciso Mendes (PDS-AC), que fazia oposição ao trabalho de Chico Mendes. No dia em que o seringueiro foi assassinado, Fialho chegou a Xapuri uma hora e meia depois do crime e o jornal em que trabalhava foi o único do Acre a noticiar a morte do seringueiro. A suspeita de que Fialho pudesse saber de antemão de alguma coisa sobre a tocaia a Chico Mendes ocorreu entre sindicalistas e militantes dos direitos humanos porque uma viagem de carro de Rio Branco a Xapuri leva pelo menos seis horas. Em dezembro, mês da morte de Chico Mendes, chovia tanto que a estrada ficou impedida por vários dias.